

ATESTADO DE CAPACITAÇÃO TÉCNICA

(Papel timbrado da contratante pessoa jurídica)

Atestamos, para os devidos fins, que a empresa _____, inscrita no CNPJ sob nº _____ estabelecida na Rua _____ nº _____, bairro _____ na cidade de _____ Estado de _____, prestou serviços à Delegacia de Polícia Federal em Foz do Iguaçu, CNPJ nº _____ estabelecida na Rua _____ nº _____, bairro _____, na cidade de _____, Estado de _____, conforme informações abaixo descritas.

1. DADOS DO CONTRATO

- 1.1. ART/RRT(s) nº **XXX** *obrigatório Contrato nº **XXX** *obrigatório Celebrado: **dia/mês/ano**
- 1.2. Valor do contrato: R\$ **XX.XX** *obrigatório
- 1.3. Período de realização dos serviços: *obrigatório
- 1.4. Data de início: **dia/mês/ano**
- 1.5. Data de fim: **dia/mês/ano**

2. DADOS DA OBRA/SERVIÇO

- 2.1. Local de realização dos serviços: **(Logradouro, nº, Município e Estado).** *obrigatório

3. RESPONSÁVEL(IS) TÉCNICO(S)

- 3.1. Responsável(is) Técnico(s) pela realização dos serviços: **(Identificação completa do(s) profissional(is): Nome do Profissional, Título, nº do CAU, etc.)** *obrigatório

4. ATIVIDADE TÉCNICA

- 4.1. Descrição das atividades técnicas desenvolvidas: **(As atividades técnicas deverão ser descritas detalhadamente, possibilitando a perfeita identificação dos seus elementos quantitativos e qualitativos). (Caso no atestado conste mais de um profissional, deverão ser informadas as atividades prestadas de forma individual).**

***obrigatório**

(Cidade), (dia) de (mês de ano).

(Assinatura do Representante legal do Contratante)

(Nome, CPF e cargo do representante legal da pessoa jurídica)

ainda:

(Em representação desta: Arquiteto e Urbanista ou outro profissional que possua habilitação legal para realizar as atividades atestadas, informando o Nome, título profissional e número de registro no CAU se Arquiteto e Urbanista, ou no Conselho Profissional Respectivo, se outro profissional.)

Observações:

- O modelo de Atestado disponibilizado pela PF é um documento sugestivo, podendo sua formatação vir a ser alterada. Quando o atestado a ser registrado se referir a projeto, obra ou outro serviço técnico realizado em regime de subcontratação ou subempreitada, será necessária a comprovação da anuência do contratante inicial ou da efetiva participação do profissional na realização das atividades técnicas atestadas.
- O registro do atestado será deferido se, após a análise da documentação apresentada, verificar-se que há compatibilidade entre os dados informados e aqueles constantes dos Registros de Responsabilidade Técnica- RRT ou Anotação de Responsabilidade Técnica – ART correspondentes efetuados em nome do profissional responsável pelo projeto, obra ou serviço técnico.
- O atestado de capacidade técnica é o documento fornecido pela pessoa jurídica contratante, que comprova a realização do projeto, obra ou outro serviço técnico nele descritos. No caso de a pessoa jurídica ser, ao mesmo tempo, proprietária da obra ou serviço técnico e emitente do atestado, deverá ser anexado ao pedido de registro deste um documento público que comprove a conclusão das atividades atestadas.
- O atestado que se referir a obras ou serviços técnicos parcialmente executados deverá explicitar quais as etapas e em que período os mesmos foram realizados. A Certidão de Acervo Técnico com Atestado - CAT-A perderá validade se houver qualquer modificação nos dados técnicos qualitativos ou quantitativos constantes dos RRT/ART que a constituem ou se for constatada qualquer alteração das informações constantes no atestado a que se refere. ATENÇÃO: Para que seja aprovada a CAT-A, os dados do atestado técnico devem ser IGUAIS aos do RRT/ART. Caso haja qualquer divergência, o RRT deverá ser retificado ou emitido novo atestado para que as informações correspondam com o que de fato foi realizado. Para os fins de registro de atestado referente a atividade técnica realizada no exterior, toda documentação apresentada em língua estrangeira deverá: I - atender aos requisitos de validade conforme a legislação do país onde a atividade técnica foi realizada; II - ser legalizada pela autoridade consular brasileira no país de origem; e III - ser acompanhada da correspondente tradução para o vernáculo, por tradutor público juramentado, nos termos da legislação brasileira vigente.

DECLARAÇÃO DE VISTORIA ou RENÚNCIA

POLÍCIA FEDERAL

PREGÃO ELETRÔNICO Nº/20.....Nome da empresa:

1. Declaramos conhecer e compreender, por inteiro, o teor do Pregão Eletrônico nº XX/2021, cujo objeto é a contratação de pessoa jurídica especializada em fornecer serviço para XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
2. Declaramos ter tomado conhecimento de todas as informações e condições para o devido cumprimento do objeto da licitação em pauta, bem como estar completamente de acordo com todas as exigências do Termo de Referência, do Edital e seus Anexos, que o integram, independentemente de transcrição.
3. Declaramos estar totalmente cientes do grau de dificuldade envolvido e ter vistoriado presencialmente in loco, por meio do Engenheiro Responsável Técnico ou funcionário da empresa, todos os locais de realização dos serviços, conforme lista abaixo:

DECLARAMOS:	Escolha
estar totalmente cientes do grau de dificuldade envolvido e ter VISTORIADO presencialmente in loco, por meio do Engenheiro Responsável Técnico ou funcionário da empresa, todos os locais de realização dos serviços, conforme lista abaixo:	
estar totalmente cientes do grau de dificuldade envolvido e ter RENUNCIADO à faculdade de realizar vistoria nos locais que fazem parte do objeto desta licitação:	

Empresa

CNPJ

Endereço

Telefone/Fax

E-mail

Responsável Técnico

(nome e registro no Conselho Profissional)

Foz do Iguaçu (PR), ____ de _____ de 20__.

Responsável Técnico da Empresa

PF

OBS.: Esta declaração deverá ser entregue junto com os demais documentos relativos à habilitação.

TERMO DE CESSÃO DE USO DOS DIREITOS DE PROPRIEDADE INTELECTUAL

POLÍCIA FEDERAL

Pelo presente instrumento, de um lado, como o CEDENTE
, _____,
RG _____, CPF _____
_____, representante legal da empresa
_____, CNPJ _____, e, de
outro lado, como CESSIONÁRIOS e CONTRATANTE, a Delegacia de Polícia Federal
em Foz do Iguaçu CNPJ 00.394.494/0077-34, têm justo e acordado o presente
Contrato de Cessão de Uso dos Direitos de Propriedade Intelectual, em caráter
universal, total e definitivo, que se faz por prazo indeterminado e gratuito,
mediante as seguintes cláusulas e condições:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

- 1.1. Pelo presente Instrumento Particular de Cessão de Uso e na melhor forma de direito, o CEDENTE e AUTOR do PROJETO cede aos CESSIONÁRIOS o direito de uso da propriedade intelectual da obra:

Projeto de XXXXXX

Processo SEI XXXXXX

ART XXXXXX

- 1.2. O CEDENTE declara, sob as penas da lei e sob sua inteira e exclusiva responsabilidade, que é o autor e proprietário da obra acima especificada, responsabilizando-se por qualquer dano que venha a causar aos CESSIONÁRIOS.
- 1.3. O CEDENTE responde integralmente pela originalidade do produto e/ou processo objeto bem como, pelos conceitos ideológicos e pessoais que envolvam terceiros ou de outra ordem neles contidos.
- 1.4. O CEDENTE declara não existir nenhuma proibição vinculada à divulgação da obra, produto ou processo objeto do PROJETO, desonerando, também, o Departamento de Polícia Federal de todas e quaisquer responsabilidades oriundas da utilização do material por si ou de terceiros.
- 1.5. Fica garantido ao CEDENTE todos os direitos de propriedade intelectual relativos ao PROJETO, podendo o CESSIONÁRIO ser co titular dos referidos direitos e, a qualquer momento alterar e disponibilizar para terceiro quando do interesse da Administração Pública

2. CLÁUSULA SEGUNDA: DA AUTORIZAÇÃO DO CEDENTE

- 2.1. Por força do presente instrumento, o CEDENTE autoriza os CESSIONÁRIOS:
- 2.2. Utilizar sua imagem, nome e voz, gratuitamente, em qualquer tipo de divulgação e obra de criação intelectual de autoria do Departamento de Polícia Federal produzida a qualquer tempo, em qualquer

suporte, sem limite de quantidade, que poderá ser veiculada em qualquer veículo no todo ou em parte, dentro e fora do país, inclusive para efeitos publicitários.

3. CLÁUSULA TERCEIRA: DA RESPONSABILIDADE DO CEDENTE

- 3.1. O CEDENTE assume toda e qualquer responsabilidade pela originalidade da criação do objeto do presente instrumento, e se obriga a responder civil e penalmente por qualquer reclamação à autoria desta obra.

4. CLÁUSULA QUARTA: DA VIGÊNCIA

- 4.1. A cessão de direitos autorais objeto do presente Contrato tem vigência por prazo indeterminado, a contar da assinatura deste instrumento.

5. CLÁUSULA QUINTA: DISPOSIÇÕES GERAIS

- 5.1. Este contrato, além de seu conteúdo específico, reger-se-á pelas disposições legais existentes, apropriadas à natureza jurídica do ora pactuado.
- 5.2. A presente cessão será efetuada a título gratuito.
- 5.3. Por estarem justos e acordados, perante as testemunhas, datam e assinam o presente, em três vias de iguais teor e forma, para a produção de todos os seus efeitos.

Representante Legal/CEDENTE

Polícia Federal / CESSIONÁRIO

TESTEMUNHAS:

Nome

Nome

CPF

CPF

TERMO DE CONFIDENCIALIDADE E RESPONSABILIDADE

POLÍCIA FEDERAL

Pelo presente instrumento, a empresa _____, com sede à _____, inscrita no CNPJ/MF sob o número _____/_____-_____, doravante designada simplesmente RESPONSÁVEL, neste ato representada pelo Senhor(a) _____, RG nº _____ e CPF nº _____, se compromete, por intermédio do presente TERMO DE CONFIDENCIALIDADE E RESPONSABILIDADE, a não divulgar sem autorização, utilizar para si, reproduzir ou dar conhecimento a terceiros das informações relativas a Delegacia de Polícia Federal em xxxx/PR, em especial das Plantas/Pranchas de Desenho, enquanto material SIGILOSO pertencente ao Departamento de Polícia Federal, as quais devem ser conceituadas como SEGREDO DE NEGÓCIO, mediante as seguintes cláusulas e condições:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA

- 1.1. A RESPONSÁVEL reconhece que tomou conhecimento de informações privadas da Polícia Federal, que podem e devem ser conceituadas como segredo de negócio. Estas informações devem ser tratadas confidencialmente sob qualquer condição e não podem ser divulgadas a terceiros não autorizados, aí se incluindo os próprios empregados da RESPONSÁVEL, sem a expressa e escrita autorização de servidor autorizado da Polícia Federal.
- 1.2. Parágrafo Único - A RESPONSÁVEL determinará a todos os seus empregados, prepostos e prestadores de serviço que estejam direta ou indiretamente envolvidos com a prestação de serviços objeto do Contrato, a observância do presente Termo, adotando todas as precauções e medidas para que as obrigações oriundas do presente instrumento sejam efetivamente observadas.

2. CLÁUSULA SEGUNDA

- 2.1. O RESPONSÁVEL, obriga-se, por si, seus sócios, administradores, funcionários, prepostos, contratados ou subcontratados e quaisquer outros que, através dos agentes da RESPONSÁVEL, tenham acesso a informações vinculadas ao presente, a manter o mais completo e absoluto sigilo com relação a toda e qualquer informação da Delegacia de Polícia Federal em XXXXXXXXXX a que tenham acesso.
- 2.2. Parágrafo 1º - O termo "informação" abrange toda informação escrita, verbal ou apresentada de outro modo tangível ou intangível, inclusive através de mídias digitais, especialmente relativas a informações administrativas, operacionais e técnicas, especificações e quaisquer outras informações técnicas, financeiras ou comerciais, relativas ao objeto do presente.
- 2.3. Parágrafo 2º - A RESPONSÁVEL poderá proceder ao fornecimento das informações confidenciais de que trata o presente quando exigidas por autoridade competente, mediante ordem judicial ou administrativa, obrigando-se, todavia, a imediatamente comunicar tal fato à Delegacia de Polícia Federal em Londrina/PR, por escrito, observando que as mesmas poderão ser liberadas consoante os termos da ordem judicial ou administrativa.
- 2.4. Parágrafo 3º - Os materiais, documentos e informações obtidos pela RESPONSÁVEL serão utilizados apenas com o propósito de formular proposta em licitação ou executar o serviço comum de engenharia para acessibilidade da Delegacia de Polícia Federal em Londrina/PR, caso reste vencedora da referida licitação.

- 2.5. Parágrafo 4º - Ao término da execução dos serviços, a RESPONSÁVEL se compromete a devolver à Polícia Federal todos e quaisquer documentos, dados e materiais a que tenha tido acesso, inclusive todas e quaisquer cópias dos mesmos.
- 2.6. Parágrafo 5º - Todos os documentos e/ou informações necessários à execução dos serviços deverão ser solicitados sempre por e-mail criptografado utilizando recurso disponibilizado pela Polícia Federal ou deverão ser entregues à Polícia Federal, mediante relação e protocolo.

3. CLÁUSULA TERCEIRA

- 3.1. O não cumprimento de quaisquer cláusulas e condições deste TERMO implicará na responsabilidade civil e criminal dos que estiverem envolvidos na violação das regras de sigilo e confidencialidade de informações estabelecidas e formalizadas por meio deste TERMO.
- 3.2. Parágrafo Único - A infração de quaisquer disposições deste TERMO, estando ou não finalizado os serviços, em especial qualquer divulgação, utilização, transferência, cessão ou alienação, intencional ou não de qualquer informação confidencial, material, documentos e informações da PF ao mercado e/ou a outras pessoas físicas e/ou jurídicas, dará ensejo a indenizações por perdas e danos que porventura a Polícia Federal e/ou seus administradores venham a sofrer em decorrência de tal falta, recaindo essas responsabilidades, exclusivamente, sobre os signatários deste compromisso, os quais serão apurados em juízo, na forma do art. 402 e seguintes do Código Civil.

4. CLÁUSULA QUARTA

- 4.1. O presente instrumento representa o consentimento integral da RESPONSÁVEL quanto à sua matéria e não poderá ser alterado sem o expresso e formal consentimento da Polícia Federal. As disposições do presente termo vinculam os eventuais sucessores da RESPONSÁVEL, assim como quaisquer sociedades ou entidades, contratadas ou ainda “afiliadas” à RESPONSÁVEL, nacionais ou estrangeiras, que venham a ter contato com as informações confidenciais, entendendo-se por “afiliadas” quaisquer sociedades controladoras, controladas ou que estejam sob o mesmo controle que a RESPONSÁVEL. O presente termo não poderá ser cedido sem o consentimento expresso da Polícia Federal.

(Local e data).

Nome do signatário

Função

CPF



ATA DE REUNIÃO - 1 de jan. de 2023

Ata nº : **XX/2023**

Horário: **10:00**

Emitente: **XXXXXXX**

Local: **GTED/SR/PF/PR**

Assunto Fiscalização do Contrato de XXXXXXXXXXXX

Participantes	Órgão / Instituição / Empresa
	PF
	PF

Item	Evento	Responsável	Observação	Prazo	status
01			•	25 de nov. de 2022	CONCLUÍDO
02			•	25 de nov. de 2022	EM ANDAMENTO
03			•	28 de out. de 2022	EM ANDAMENTO
04			•	28 de out. de 2022	EM ANDAMENTO
05			•	25 de nov. de 2022	EM ANDAMENTO
06			•	25 de nov. de 2022	EM ANDAMENTO
07			•	25 de nov. de 2022	EM ANDAMENTO



ATA DE REUNIÃO - 1 de jan. de 2023

Item	Evento	Responsável	Observação	Prazo	status
08			•	25 de nov. de 2022	EM ANDAMENTO
09			•	25 de nov. de 2022	EM ANDAMENTO
10			•	4 de nov. de 2022	A FAZER